

Situação econômica brasileira

Roberto Hillas Editor de Economia

A viagem do ministro Delfim Netto, do Planejamento, a Paris, para propor um refinanciamento de juros e principal num total de US\$2 bilhões, a serem pagos neste e no ano que vem a 15 países membros do Clube de Paris, resultou na aceitação da carta-proposta brasileira, e no acerto de que o Clube vai marcar uma reunião para iniciar os entendimentos para o reescalonamento da dívida brasileira junto a organizações como o Exibank norte-americano.

Mas o ministro brasileiro não conseguiu que a renegociação fosse iniciada imediatamente. Michel Candessus, o principal executivo do Clube de Paris, também secretário-geral do Ministério da Economia e Finanças da França, recebeu a carta brasileira, mas informou a Delfim que uma reunião só é possível fazer depois de tudo acertado com o FMI. Os entendimentos com o Fundo, portanto, são fundamentais para um reescalonamento global da dívida externa brasileira.

Delfim Netto foi depois a Jacques Delors, titular do Ministério da Economia e Finanças da França, um dos seis principais executivos do Clube de Paris (todos são franceses, apesar da organização representar interesses de 16 países industrializados), mas ouviu deste a mesma promessa feita por Candessus, de que tudo é possível, desde que o Brasil consiga firmar com o FMI um novo acordo de intenções. Só restou, portanto, conseguir do FMI um sinal antecipado de que as negociações estão encaminhadas.

O ministro brasileiro também se encontrou com o secretário-geral do FMI, Jacques de Larosière, e deste ouviu outra afirmação que colocou por terra sua pretensão de acelerar os entendimentos de renegociação da dívida. De Larosière reconheceu as dificuldades vividas pelo Brasil, sem recursos até para pagar juros da dívida externa, mas revelou-se impossibilitado de apressar a apreciação da nova carta de intenções pelo "board" do Fundo, marcada para a segunda quinzena de outubro, em Washington. Negou-se também a acender o "sinal verde", antes da apreciação.

Tendo em vista que a viagem não foi bem sucedida, o Brasil começa a viver, a partir de agora, uma etapa ainda mais difícil, da já periclitante situação econômica em que se encontra. Como o País está carente de dólares para pagar o que deve e comprar o que precisa, está atrasando o que pode protelar (os atrasos já somam mais de US\$2 bilhões). E já está tendo de adiar importações imprescindíveis, de muitas matérias-primas, entre elas o petróleo.

A carência de matérias-primas começará a ser sentida daqui a duas ou três semanas. A de petróleo já está sendo notada em diversos locais do País, como em Recife, Rio Branco, zona agrícola de Mato Grosso do Sul e outras. Os momentos difíceis serão ainda piorados, se a reprogramação econômica, feita com a última missão do FMI, não for cumprida. Um dos parâmetros sendo observados pelo Fundo é a inflação. Eles a querem reduzida, mas não a um percentual artificial, numa determinada época do ano.

O limite é de 5 por cento em dezembro, mas se a inflação não declinar gradativamente até lá, de nada adiantará o esforço para refinarçar a dívida brasileira. Os riscos de que a inflação não decresça aos níveis esperados são infelizmente muito grandes. A própria Fundação Getúlio Vargas, num exercício de prospectiva já consagrado ao longo de anos, estima que encerraremos 1983 com uma inflação próxima dos 183 por cento. Isso quer dizer inflação decrescente, até dezembro, encerrando o último mês com aproximadamente 7,2 por cento nos 30 dias. O risco que corremos, portanto, é de um protelamento ainda maior de todos esses entendimentos.

tende a piorar

Jornal de Brasília

Economia - Brasil